

ESCOLAS REGULARES INCLUSIVAS: A IMPORTÂNCIA DO CONVÍVIO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E EMOCIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (APOIO UNIP)

Alunas: Giovanna Paula Souza Oliveira e Luiza Braga Alves

Orientadora: Profa. Dra. Talita Dias Miranda e Silva

Curso: Pedagogia

Campus: Paraíso

A pesquisa teve por objeto a análise da medida prescrita pelo anúncio do decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que instituiu a criação de escolas e classes ditas "especializadas" para pessoas com deficiência. Para tal, foi feito o levantamento bibliográfico e a realização de entrevistas semi-estruturadas (por meio digital por conta da pandemia) em uma escola pública da Zona Leste de São Paulo. Foram entrevistados professores, colaboradores e pais de alunos com deficiência que frequentam/frequentaram essa unidade escolar. O estudo teve como objetivo enfatizar a importância da legislação de políticas públicas educacionais para a garantia do convívio de pessoas com deficiência em escolas regulares, exercendo seu direito de acesso à educação em escola pública. A educação inclusiva supõe que o objetivo da inclusão educacional seja eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidade (VITELLO; MITHAUG, 1998). A conclusão é de que é preciso incluir a modificação de atitudes capacitistas e discriminatórias para criar uma comunidade acolhedora e inclusiva. A escola deve se tornar um ambiente democrático e competente para o trabalho com todos os alunos sem distinção entre eles de qualquer tipo, sendo a acessibilidade de alunos com deficiência nas escolas uma forma de inclusão social e, acima de tudo, um direito do indivíduo.